

# O instinto de poder na ordem social

ARMANDO GODOY FILHO

(Eng. cl. L do Q. P. do Ministério da Fazenda)

## PLANO

- I — Introdução.
- II — Ciência e Sociologia.
- III — Individualidade e Instinto de Poder.
- IV — Manifestações e Restrições dos Instintos.
- V — Religião e Formação Moral.
- VI — Manifestações Sociais do Instinto de Poder.
- VII — O Indivíduo, Seu Meio, Suas Aspirações.
- VIII — Da Posição do Indivíduo no Grupo Social.
- IX — Mérito Relativo e Salário.
- X — Dos Fatos Social-Econômicos.
- XI — A Idéia de Riqueza.
- XII — Psicologia das Opiniões.
- XIII — Política.
- XIV — Das Leis e Fatos Administrativos.
- XV — Progresso.

## INTRODUÇÃO

O PRESENTE trabalho surgiu da intenção que tivemos de estudar, com certa profundidade, o problema social-econômico da colonização do Oeste Brasileiro. E, nesse sentido, tencionávamos publicar algo.

Ao iniciarmos, porem, a redação do plano imaginado, verificamos que a matéria seria demasiadamente extensa para ser contida num só livreto e, assim, resolvemos subdividi-la.

Na primeira parte da subdivisão, que compreende a exposição mais teórica dos problemas gerais da orde msocial-econômica, julgamos de bom alvitre sair um pouco das diretrizes fundamentais que nos deveriam conduzir ao objetivo visado, afim de examinarmos algumas questões,

ligadas ao assunto, na verdade, mas de interesse administrativo do serviço público.

Graças a isso, certamente, encontramos a honrosa acolhida deste insignificante estudo na *Revista do Serviço Público*, órgão oficial do D. A. S. P. Não poderíamos, contudo, deixar os leitores sem este prévio aviso, afim de que possam compreender melhor as razões do desenvolvimento geral da matéria aqui tratada.

Não houve de nossa parte qualquer preocupação de criar novidade; antes, pelo contrário, tivemos máximo interesse em aproveitar a experiência alheia, colhida através de leituras, numa possível adaptação ao caso em mira. No entretanto, o que mais nos preocupou foram os fatos reais da vida psico-sociológica do nosso meio, observados no decurso da experiência de todo dia e apreciados ou analisados, naturalmente, de acordo com a nossa mentalidade ou maneira individual de ver as cousas.

Devemos salientar, ainda, que a orientação traçada para esta pequena obra, parte de um princípio capital, tomado como motivo para toda a filosofia de que se acha envolvida: *o trabalho como fonte de entusiasmo e de alegria individual e a harmonia dos grupos sociais, na produção eficiente, como base do bem estar coletivo.*

## II — CIÊNCIA E SOCIOLOGIA

Toda ciência busca, naturalmente, o agrupamento sistemático das leis e conhecimentos que se relacionam com determinados fenômenos. Depende, portanto, da forma e da precisão com que são apreciados esses fenômenos.

Se os fenômenos são simples e permitem apreciações mensuráveis na relação dos vários elementos ou fatores a que se acham condicionados, a ciência é exata e suas leis adquirem um caráter rígido de verdades permanentes. (Nesse particular convem lembrar aqui uma frase atribuída a Kant: "qualquer ramo dos conhecimentos hu-

manos contem tanto de ciência quanto de matemática”).

Se, entretanto, os fenômenos se apresentam ligados à teia indefinida e imensurável dos fatos psicológicos da atividade social, torna-se difícil o isolamento e o estudo dos mesmos para a determinação das suas leis básicas.

Nesses casos, as ordens de conhecimentos que vulgarmente são denominadas ciências sociais, são agrupamentos ordenados de princípios, conceitos e observações estabelecidos mais convencional e intuitivamente, de conformidade com a apreciação subjetiva dos homens, do que como resultado de experiências e observações sistemáticas realizadas para a pesquisa da verdade.

Elas não relacionam grandezas mensuráveis e não precisam a relação exata dos diversos fatores que envolvem os acontecimentos; dependem, ainda, infelizmente, da imprecisão da análise puramente subjetiva, sempre mais ou menos variável de indivíduo para indivíduo.

Apesar disso, não devemos menosprezar a ordem de conhecimentos que constitui o objeto das ciências sociais, dada a sua incomparável importância na harmonia das atividades humanas. Os seus resultados, contudo, devem ser sempre apreciados pelo valor médio dos efeitos mensuráveis que proporcionam, dependendo estes, por sua vez, do grau de generalização ou desenvolvimento da aplicação estatística aos diferentes domínios da atividade humana.

Infelizmente, porém, pela inexatidão dos fatos sociológicos, não tem merecido essa ciência a consideração que certamente lhe será dispensada nas sociedades futuras, como orientadora do comportamento relativo dos homens, no grupo social, em benefício do bem estar geral e da justa harmonia entre eles.

Os estudos de sociologia estão ainda muito atrasados em relação ao estado de progresso material que atravessamos e à perfeição de outras ciências. Faltam processos sistemáticos de indagação ou apuração das aspirações, desejos, ódios, inveja e demais sentimentos humanos, manifestados ou apresentados em relação às contingências permanentes ou variáveis do meio social.

Resta-nos, entretanto, a esperança de que o progresso instrumental e da mecanização, que hoje segue rumos mais de ordem econômica, crie um novo ramo, no sentido puramente humanitário, possibilitando a generalização, a todos os fatos fun-

damentais da vida coletiva, da estatística e da formação psicológica sistemáticas. Apoiando-se nestes dados, então, a sociologia deverá adquirir uma autoridade primordial na hierarquia das ciências. Os institutos de sociologia experimental serão vistos com mais admiração do que hoje são por nós apreciados os de tecnologia. Postos de auscultação dos sentimentos humanos sob a forma de verdadeiros confissionários populares (sigilosos, naturalmente), com a utilização de aparelhos especiais de gravação, talvez venham a ter importância fundamental na orientação administrativa do estado futuro.

A educação e a propaganda deverão ter bases mais sólidas de verdade, porque se apoiarão em conclusões sociológicas, obtidas mediante uma análise mais perfeita dos fatos sociais.

No campo sociológico, a nosso ver, há dois aspectos fundamentais a serem tratados. Um deles refere-se a tudo que, na ordem social, significa constância da manifestação da individualidade no ambiente em que vive. Depende dos característicos biológicos do ser humano, de caráter constante ou, pelo menos, imperceptivelmente imutáveis, sob a ação modificadora ou evolutiva do meio e do tempo. A ordenação sistemática de todos os fatos ou consequências sociais da manifestação permanente desses característicos, passaria a constituir a parte mais positiva ou verdadeiramente científica da sociologia.

O outro refere-se, conseqüentemente, à parte mais maleável ou deformável da ordem humana, procurando responder, nas suas finalidades, a estas perguntas: até que ponto poderá ir a ação educativa ou deformadora do meio sobre os indivíduos, de maneira a prepará-los para aceitar exclusivamente os fatos e a felicidade que conveem, acima de tudo, ao bem estar geral da sociedade a que pertencem?

Neste caso, qual a organização, mais cientificamente aconselhada, para a ordem social, afim de permitir ou visar sempre, um justo equilíbrio, próximo do ótimo, entre a felicidade do indivíduo e a do seu meio, diante de uma harmonia permanente de interesses, tanto quanto possível isentos de choques violentos, desgraças ou infelicidades generalizadas?

Todos nós sabemos que, na resposta científica dessas perguntas, está o verdadeiro caminho do progresso, mas, a inteligência humana, até hoje, tem se mostrado impotente para responder a elas.

E, a nosso ver, a principal causa determinante desse fracasso da inteligência, é a falta de uma documentação, ordenada e sistemática, da experiência geral dos homens, durante a sua vida no seio da coletividade.

E' bem sabido que, antes de Galileo e Bacon, os instituidores da ciência experimental, a simples intuição dos fatos e a pura análise subjetiva dos mesmos mostraram-se impotentes para dar às ciências naturais o grau de progresso a que hoje atingiram.

Assim, esperamos que, para o futuro, como já dissemos, quando os homens, cansados de suas angustias e erros, pensarem em entrar mais a fundo no mérito da sua ignorância em matéria de sociologia, talvez a cousa venha a se modificar, com o surto monumental da experiência sociológica aplicada a todos os campos da atividade dos homens em grupo.

Assim, estamos convencidos de que, como ciência, o presente trabalho nada significa, porque traduz observações individuais, sem apoio experimental sistemático e positivo. O seu único mérito consiste na apresentação sincera do que pensamos ou concluímos, em relação aos fatos que a nossa existência em sociedade tem permitido observar.

Partimos, para o desenvolvimento deste trabalho, de um lema ou consideração fundamental: toda atividade coletiva só está certa, quando toma, precipuamente, por objetivo, mais a felicidade que o sofrimento do indivíduo no grupo social.

Sendo verdade que o sacrifício de indivíduos, na existência humana, é inevitável, para um bem estar geral médio, tanto quanto possível ótimo, da coletividade, não parece menos verdade que devemos consagrar todo o nosso esforço científico no sentido de reduzir tal sacrifício a graus mínimos.

### III — INDIVIDUALIDADE E INSTINTO DE PODER

Devemos compreender que a sociedade é unitariamente composta de indivíduos e que a sua organização acertada só pode existir quando toma como ponto de partida o conhecimento das forças individuais, determinantes da atividade social, numa inter-reação permanente das suas partes.

A maior dificuldade desse problema psicossociológico reside no fato da infinita variedade de reações ou manifestações da mentalidade humana e da imensurabilidade das mesmas.

De um modo geral, todos os indivíduos tem os mesmos sentimentos fundamentais e capacidades apreciativas ou sensitivas, próprios da espécie, de natureza biológica e, por conseguinte, hereditários.

Mas, por circunstâncias diversas, de natureza social, educativa, alimentar etc., esses sentimentos se apresentam sob gradações diferentes, de indivíduo para indivíduo.

Assim, a psicologia geral estuda, em suma, a ordem média de apresentação desses fenômenos.

Apesar disso, devemos reconhecer que essa ordem média, no correr dos tempos, evolue lenta, mas continuamente, como consequência da adaptabilidade do indivíduo às contingências do meio.

Não iremos aqui, por conseguinte, examinar ou discutir *nuances*; — vamos apenas apreciar fatos gerais da mentalidade humana.

Preliminarmente, partimos do seguinte postulado biológico, que tomamos emprestado da teoria "darwinista", com ligeiras modificações na forma de sua conceituação:

"Tudo que existe nos seres biológicos, são decorrências evolutivas e necessárias à adaptação dos indivíduos ao meio, no sentido da continuidade vitoriosa da existência e da perpetuação da espécie".

A própria ordem moral, que depende mais da influência educativa e tradicionalista do meio sobre o indivíduo, desde a sua primeira infância, não deixa de encontrar sua razão prática de ser, na necessidade vital de uma justa harmonia entre os homens, diante da cooperação recíproca indispensável à luta pela existência. Assim, a moral teve, inicialmente, um sentido puramente egoísta e defensivo até adquirir, pouco a pouco, o caráter de uma força íntima, psicológica, orientadora e limitadora dos instintos e desejos humanos.

Na individualidade, portanto, os instintos são as grandes molas propulsoras da manifestação ou da atividade individual; os seus efeitos, porém, dependem da carga emotiva ou sentimental a que estejam ligados esses instintos, a qual representa uma espécie de chave de força, entre a mentalidade e a capacidade vital do ser, que regula ou dosa, em cada caso, a energia biológica que deve ser despendida na reação ou na atividade. Parece, ainda, do ponto de vista fisiológico, que as reações ou manifestações instintivas da vitalidade, quando

capazes de satisfazer ou contentar completamente o "ego" que comanda a mentalidade, são menos custosas para o organismo, em energia despendida, ou facultam a este uma recuperação mais eficiente e rápida das forças gastas. Assim, fica razoavelmente explicado o fato, observável por todos nós, de que os trabalhos agradáveis são sempre muito menos fatigantes.

Muitos pensadores se teem ocupado dessas forças biológicas da natureza humana.

Gautama Buda, já aproximadamente há seiscentos anos antes de Cristo, classificava, dentre os desejos, como mais importantes os seguintes:

I — desejo de satisfação dos sentidos, sensualidade;

II — desejo de prosperidade, mundanismo,  
e

III — desejo de imortalidade. (1)

William James, grande filósofo americano da época moderna, julga que: "o mais profundo princípio da natureza humana é a ânsia de ser apreciado". (2)

John Dewey, filósofo e educador americano, pensa que: "a mais profunda das solicitações na natureza humana é o desejo de ser importante". (3)

Sigmund Freud considerou todos os estímulos como irradiações de dois motivos fundamentais:

I — necessidade sexual, e

II — desejo de ser grande. (4)

Nietzsche usava a expressão *vontade de poder*, que se vulgarizou com a sua filosofia, para designar essa energia interior, mediante a qual o homem é capaz de enfrentar todos os obstáculos afim de conquistar na vida as suas aspirações. (5)

Alfred Adler, divergindo um pouco de Freud, julga que a essência do inconciente é a *vontade de domínio*, a qual, não satisfeita pela sociedade, produz o sentimento de inferioridade, a necessidade de compensação e outras manifestações semelhantes. (6)

A análise dessas opiniões mostra-nos que todos esses pensadores, variando apenas quanto à de-

nominação, foram mais ou menos acordes na classificação do desejo de importância, ânsia de ser apreciado, desejo de ser grande ou desejo de prosperidade, vontade de poder ou de domínio, como um dos instintos fundamentais da natureza humana. Preferimos chamá-lo de *instinto de poder*, por causa da sua origem, na formação biológica, evolutiva, da espécie humana.

Assim, segundo nos parece, nos primórdios da existência humana, a luta e a vitória físicas, em relação a outros animais, ou mesmo, muitas vezes, em relação aos seus semelhantes, eram condições diárias, fundamentais, para a manutenção da vida ou satisfação dos sentidos.

Os indivíduos bravos e vitoriosos eram os que obtinham, geralmente, as maiores vantagens alimentares, conseguindo, também, a satisfação sempre pronta de seus desejos.

Nessa época ancestral da existência humana, dadas as circunstâncias difíceis contra as quais o homem devia, permanentemente, lutar, quase sempre sozinho, para sobreviver, — as forças morais, que são decorrências da sociabilidade, eram rudimentares, e só se prendiam ao respeito ou temor do mais forte. E, nesse estado de cousas, no espírito dos mais fracos, como brado íntimo de suas energias biológicas, surgia e se desenvolvia o desejo de poder, de domínio, de influência e de respeito. Nascia, assim, na estrutura psíquica do homem, intimamente ligado ao seu "ego", o *instinto de poder*, como força mais importante da atividade social.

Com o correr dos anos da vida ancestral, sob todas as formas sociais de agrupamento dos homens, os senhores do poder sempre foram apreciados pelos seus inferiores, através de um misto de admiração e de inveja.

A admiração nascia pelo reconhecimento da superioridade de força, de inteligência ou de capacidade dos poderosos, ao passo que a inveja surgia, na emulação da vida, como força estimuladora de imitação ou de *superação*.

Com o transcorrer dos milhares de anos, a evolução fez com que as cousas tomassem novos aspectos, mas, no fundo, elas ainda guardam as raízes do seu passado ancestral. No grito de guerra, por exemplo, encontramos, ainda, no homem moderno, a reprodução do seu primitivo estado bárbaro, quando a bravura era indispensável, no instante de ser agredido pelo inimigo, à defesa da vida ou da espécie.

(1) — H. G. Wells — Evangelho de Buda — História Universal — Ed. J. Olympio.

(2) (3) (4) — Dale Carnegie — Como fazer amigos — Ed. Nacional.

(5) (6) — Wells e Huxley — A Ciência da Vida — Ed. J. Olympio.

## IV — MANIFESTAÇÕES E RESTRIÇÕES DOS INSTINTOS

As necessidades da vida em grupo ou social, no correr dos milhares de séculos, desenvolveram novas resistências ou forças, no espírito humano.

Assim, os desejos:

- a) de alimento ou continuação da vida;
- b) de poder ou de progresso; e
- c) sexual ou de continuidade da espécie,

passaram a ser mais ou menos equilibrados ou controlados, nas suas manifestações, pelas seguintes forças:

a) restrições morais, resultante evolutiva do convencionalismo ou do acordo social, pela harmonia da coletividade;

b) receio de ridículo ou de crítica (respeito humano);

c) temor de insegurança, de queda, de redução de prestígio ou de poder; e

d) temor de insubsistência ou de morte.

Estas últimas, em suma, são formas diversas, mais ou menos atenuadas, de impressões ou manifestações do receio ou do medo.

Devemos reconhecer que, na natureza humana, há tendências mais positivas que impelem os indivíduos para a ação, ao passo que outras restringem, impedem ou dirigem as ações em face da necessidade destas se ajustarem, convenientemente, às contingências do meio.

As tendências positivas são as que levam os indivíduos à satisfação de desejos ou aspirações e lhes proporcionam felicidades.

As tendências negativas equilibram e orientam, geralmente, as anteriores, diante do convencionalismo social e da aceitação coletiva.

Dentro dessa teoria evolutiva da formação psíquica da espécie humana, devemos admitir que os sofrimentos são formas punitivas, corretivas ou exemplares, contra os exageros, os abusos e as falhas dos homens.

Não nos esqueçamos de que o temor é uma força, angustiosa, na verdade, mas dele foi que se originaram as formas disciplinadoras do comportamento humano no conjunto social.

Parece-nos útil aqui destacar, ainda, uma pequena analogia: — na ordem individual, a censura conciente procura ajustar as ideias e as manifestações dos sentimentos às impressões reais recebidas do mundo exterior, ao passo que, na ordem social, as opiniões, as críticas independentes, as palestras e as discussões procuram ajustar os impulsos de poder, ou desejo de predomínio das ideias individuais, às contingências reais da aceitação coletiva.

## V — RELIGIÃO E FORMAÇÃO MORAL

Nesta altura, devemos prestar as homenagens do nosso reconhecimento ao incontestável mérito das religiões, pelas suas realizações através dos tempos, em benefício da espécie humana, concorrendo com isso para a sua formação moral.

A verdadeira base da harmonia entre os homens, não só pela compreensão da necessidade da submissão do indivíduo às leis naturais e às decisões do interesse coletivo, como também pela consagração da verdade e da lealdade no altar da dignidade humana, — está na formação moral dos indivíduos.

Não pode haver felicidade sem harmonia, compreensão recíproca entre os homens, sinceridade, e estas dependem, em grande parte, da formação educativa dos indivíduos ou da sua constituição moral.

Fugiríamos demasiadamente aos objetivos deste modesto trabalho, se pretendêssemos entrar na análise dos motivos determinantes da fixação dos dogmas religiosos no espírito humano.

Contudo, em face do estudo que fizemos sobre os instintos, pareceu-nos indispensável fazer aqui ligeiras considerações sobre o mérito psicológico das religiões.

Os desejos humanos pedem satisfações objetivas, compensações psicológicas reais. E a angústia resulta, muitas vezes, de uma forma de conflito entre a aspiração do indivíduo e as contingências psicológicas que impedem a sua satisfação e inibem a capacidade de ação, ou energia biológica, no sentido da sua expansão normal.

Ora, justamente nesses casos, bem como nos da derrota efetivada ou da aspiração insatisfeita, a religião dá compensações espirituais superiores, pelo contacto místico da individualidade com a felicidade divina imaginada.

As religiões são fontes perenes de compensação e de felicidade nas lutas e desventuras da existência. Elas desenvolvem no espírito dos povos os germens da bondade e da solidariedade humana, impedem os desesperos diante do inevitável e criam e fortalecem as forças morais que governam a harmonia geral. Em muitos espíritos, porém, a filosofia substitue a religião e o amor e submissão à verdade tomam o lugar do dogma.

#### VI — MANIFESTAÇÕES SOCIAIS DO INSTINTO DE PODER

O instinto de poder, na sociedade moderna, apresenta-se filtrado pelas restrições morais e mascarado pelo convencionalismo social, sob as várias formas do comportamento individual, que se relacionam com o desejo de progresso ou de êxito da individualidade dentro do meio em que se agita.

A preocupação e a demonstração de luxo na elite social, não como forma de conforto, mas como processo de ostentação, segundo nos parece, são apresentações dissimuladas do instinto do poder.

Convém aqui salientarmos a importância do relativismo na apreciação desses fatos psico-sociológicos.

A manifestação do instinto de poder nos indivíduos de uma tribo de índios deve diferir, forçosamente, daquela que se pode observar nos grupos sociais do nosso nível de conhecimentos ou de experiência mental.

Isto é fácil de se compreender. De fato, cada pessoa tem no cérebro um imenso conjunto de impressões, recebidas do mundo exterior através dos sentidos. Essas impressões, isoladas ou combinadas entre si, com o auxílio da inteligência, constituem a aprendizagem de cada um ou o seu nível básico de cultura.

Mesmo não considerando a importância diferencial existente entre os indivíduos, na capacidade de recepção e julgamento das impressões colhidas do mundo exterior, vemos que, de indivíduo para indivíduo, de conformidade com o nível respectivo de experiências, devem variar, ainda mesmo que por graus insensíveis:

a) os desejos, objetivos ou aspirações;

b) as opiniões e o julgamento dos fatos não objetivamente demonstráveis;

c) as noções do bem, do mal, do ridículo e a aceitação dos preceitos de moral.

Também influem nessas variações a situação ocasional do indivíduo, tendo-se em vista o estado das suas reações sentimentais ou do seu equilíbrio fisiológico interno.

Felizmente, porém, essas variações, nos casos normais, não são muito acentuadas, principalmente entre os indivíduos de um mesmo grupo social. O intercâmbio de ideias, a convivência, as palestras e discussões encarregam-se de promover um reajustamento constante da imaginação e da mentalidade, formando o senso comum ou aceitação geral, como uma espécie de padronização de fatos, ideias e impressões sentimentais, indispensável à compreensão e à harmonia da vida coletiva.

Voltando ao exame das manifestações do instinto de poder, devemos salientar que, de um modo geral, ele determina toda sorte de competição social.

A combatividade e a exaltação esportiva são manifestações típicas do instinto de poder.

Mas não é só. Ele se apresenta intensamente, quer na virtuosidade excepcional dos santos, imitadores de Cristo, ou na perversidade de um Lamepeão.

Dentro dessa teoria, devemos admitir que todos os grandes homens da história foram superdotados de instinto de poder.

A bravura do herói militar, do cruzado, do bandeirante, são outras tantas manifestações dessa força de ação e de progresso da natureza humana.

Edison e Curie, exemplares magníficos de super-homens, pela indiscutível utilidade dos seus empreendimentos realizados em benefício da Humanidade, possuíam no âmago da sua estrutura biológica tenacidade e combatividade excepcionais, alimentadas por poderoso instinto de poder.

Cabe-nos, agora, examinar com um pouco mais de profundidade, a razão de ser dessas manifestações.

Parece-nos provável o seguinte: — em toda ação combativa há sempre uma esperança de grandeza para a individualidade de quem a realiza.

Essa esperança, na maioria dos casos, alimenta a atividade ou a ação no sentido do bem, mas,

algumas vezes, também segue as rotas do mal, de conformidade com os característicos hereditários e educacionais do seu agente. Depende dos objetivos de cada um, e estes, quasi sempre, correspondem às experiências emocionais de entusiasmo ou de admiração dominantes no indivíduo e em plena harmonia com as suas tendências biológicas.

O objetivo começa por um desejo de imitação de alguém, de algum personagem admirado, pertencente ao meio em que vive o indivíduo ou fora dele, desde que as suas obras grandiosas sob a influência de leituras, por exemplo, o tenham impressionado.

Depois, com o andar do tempo, toma a forma variavel, indefinida, de um ideal inatingivel pela evolução permanente das aspirações no sentido do melhor ou do superior.

Ele depende, entretanto, na grande maioria dos casos, das relações diárias do indivíduo com os demais elementos da sociedade a que pertence e pode variar, de época para época, de conformi-

dade com as novas aspirações que o meio venha a despertar sobre o mesmo.

Daí, vemos quanto poderá realizar, em benefício da felicidade e do progresso humano, uma propaganda educativa bem dirigida!

Ao terminarmos este capítulo, vamos procurar definir, no que interessa aos intuitos do nosso trabalho, em termos de psicologia, o que venha a ser estímulo ou incentivo.

Acima de tudo, constituem incentivo, para a ação ou para a atividade de cada indivíduo, todos os fatos ou insinuações que, recebidos através dos sentidos, pela sua mentalidade, sejam capazes de determinar reações sentimentais instintivas, que entusiasmem ou vitalizem todo o ser biológico, impelindo-o à realização da cousa imaginada, em plena harmonia com as suas restrições morais. O incentivo corresponde, quasi sempre, às insinuações que lembrem ao indivíduo uma possibilidade de conquista, de êxito ou de vitória, pela elevação da individualidade no conceito social relativo à sua existência, conceito esse geralmente mais apreciado por ele que por seus semelhantes.